



SUSTENTABILIDADE

Avaliação de Riscos Ambientais

- Responsabilidade Ambiental

Enquadramento

Decorridos vários anos sobre a publicação do Decreto-Lei n.º 147/2008 e da obrigatoriedade do estabelecimento de uma garantia financeira obrigatória, para assegurar a Responsabilidade Ambiental (RA) por parte dos operadores abrangidos, muitas dúvidas ainda permanecem.

Algum desconhecimento inicial sobre as obrigações do referido diploma legal, muitas dúvidas sobre a metodologia a adotar para a caracterização do estado inicial, a ausência de pronúncia por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a prática de prémios elevados de seguros, bem como a ausência de fiscalização, têm levado a que a aplicação do diploma da RA tenha vindo a ser adiada por um elevado número de organizações (potencialmente) abrangidas.

Objetivos

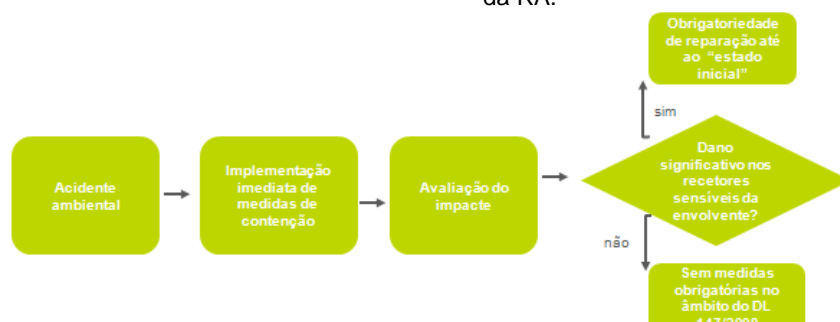
A ocorrência dos primeiros casos de acidentes reportáveis, tem sublinhado a importância de determinar quais as condições ambientais iniciais de cada organização e identificar quais os potenciais cenários de emergência e sua magnitude, para determinar qual o nível de atuação a acionar em caso de acidente ambiental... Se for efetivamente necessário!

O regime legal da RA aplica-se às atividades em dois grandes momentos, um preventivo e outro corretivo: em caso de obrigatoriedade da constituição da garantia financeira obrigatória (atividades abrangidas pelo anexo

III do D.L.) e em caso de acidente e dano ambiental (para qualquer atividade), como se pode constatar na Figura aqui apresentada.

O operador deve conhecer o risco ambiental associado à sua instalação, de forma a poder prever as consequências dos possíveis acidentes e se salvaguardar, quer em termos de gestão da prevenção, quer em termos de disponibilidade financeira, em caso de acidente.

Caso se conclua que os danos ambientais decorrentes de um acidente **não sejam significativos**, a situação poderá sair fora do âmbito do regime da RA.



Vantagens

- 01 Cumprimento de uma obrigação legal
- 02 Possibilidade de demonstrar à APA, ou outras entidades competentes, que a organização não apresenta risco de causar **dano ambiental significativo**
- 03 Conhecimento do estado inicial dos recursos naturais abrangidos, em função do qual serão calculados os custos de reparação, em caso de acidente
- 04 Poupar capital, obtendo a informação necessária para escolher a melhor forma de salvaguardar a Responsabilidade Ambiental da empresa
- 05 Estabelecer medidas preventivas

Quais as atividades abrangidas pelo anexo III?

- Instalações com Licença Ambiental;
- Operações de Gestão de Resíduos;
- Descargas para as águas interiores de superfície ou subterrâneas;
- Descargas ou injeções de poluentes nas águas de superfície ou nas águas subterrâneas;
- Captação e represamento de água;
- Fabrico, utilização, armazenamento, processamento, enchimento, libertação para o ambiente de substâncias e preparações perigosas;
- Transporte rodoviário, ferroviário, marítimo, aéreo ou por vias navegáveis interiores de mercadorias perigosas ou poluentes;
- Instalações que libertem poluentes para a atmosfera;
- Utilizações confinadas, incluindo transporte e libertação deliberada que envolvam microrganismos geneticamente modificados;
- Transferências transfronteiriças de resíduos;
- Gestão de resíduos de extração.

O que é o estado inicial?

O estado inicial define-se como a situação no momento da ocorrência do dano causado aos recursos naturais e aos serviços, que se verificaria se o dano causado ao ambiente não tivesse ocorrido, avaliada com base na melhor informação disponível.

Este estado inicial não é um momento único, estático no tempo. Pelo contrário, é o momento imediatamente antes da ocorrência do acidente. Assim, uma caracterização do estado inicial de uma envolvente implica não só o levantamento inicial, mas também uma atualização periódica que assegure que o estado inicial vai ser sempre o mais realista possível.

Possibilidade de isenção?

Se as conclusões do estudo da Responsabilidade Ambiental indicarem que, da instalação não decorrem danos ambientais **significativos**, poderá ser contactada a APA, solicitando a isenção do estabelecimento da garantia financeira obrigatória.

O que é a análise de risco ambiental?

Uma análise de risco ambiental consiste no desenvolvimento de um processo de caracterização de uma instalação, cujo objetivo final é o de estimar o risco de ocorrerem consequências no ambiente, causadas pela atividade do operador.

Esta caracterização deverá considerar a análise industrial dos riscos e da sensibilidade da envolvente em termos de água, solo, *habitats* e espécies protegidas.

Com base nesta caracterização, deverão ser estabelecidas medidas de prevenção e mitigação, bem como medidas de reparação e respetiva estimativa de custos.

Os nossos serviços

A unidade de Sustentabilidade da VLM conta com uma equipa multidisciplinar, com valências e experiência que lhe permite realizar estudos na área da responsabilidade ambiental.

Consulte-nos!